

# A BATALHA



JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

## A LEI SINDICAL

«O que repousa sobre a coacção é frágil e denota falta de génio.»

*Fourier*

«O sindicalismo deve ser tão livre no exercício da sua actividade colectiva como no exercício da liberdade individual de cada um dos seus membros. Deve procurar a colaboração internacional dos trabalhadores e dos povos. O sindicalismo foi e permanece fundado no princípio da liberdade.»

*Militantes da CGT e CFTC (1940)*

«Quando se pensa no aparelho sindical alemão de antes da guerra (1914-18), compreende-se imediatamente que o número e a força orgânica do número não são grande coisa se, em última análise, se trata apenas de indivíduos e não de almas.»

*J. Moeri*



### SUMÁRIO

Sindicatos e Partidos	pág. 2	Que Democracia? Comentários	pág. 6
A Lei Sindical	pág. 3	Linha de Fogo. O que é Cultura?	pág. 7
Campos, Fábricas e Oficinas	págs. 4 e 5	Repressão em Espanha. Puig Antich	pág. 8



# SINDICATOS & PARTIDOS

Expusemos algumas ideias fundamentais que permitem compreender o carácter do sindicalismo de tipo soviético. Este sindicalismo estendeu-se a todos os países da Europa de leste depois da segunda guerra mundial: a primeira parte do nosso estudo permite portanto compreender melhor insurreições operárias como a de Budapeste em 1956 (para falar só desta), que se desencadearam suscitando o apoio das massas.

Hoje, não falta nenhuma oportunidade ao Partido Comunista Francês para gabar o modelo soviético, e na «Vie ouvrière» podem-se ler elogios à maneira como ele funciona. Há pois razões para pensar que, se o partido comunista (francês) chegar ao poder se esforçará, tendo em conta as condições específicas da França, por se aproximar o mais possível do seu modelo. Nesta perspectiva justifica-se plenamente o reforçar da nossa tendência anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária na classe operária.

Realmente, o sindicalismo soviético é sobretudo uma instituição cujo papel é fazer com que os trabalhadores produzam, é um organismo ao serviço dos interesses do partido, do seu Estado e da sua burocracia.

## Bolchevismo e Sindicalismo

A actividade essencial do sindicato na empresa é estimular a produção:

«A actividade fundamental e principal das comissões de produção junto do comité sindical de empresa nas oficinas é a organização da emulação». (Odborar, Fevereiro de 1967 — URSS, citado por T. Lowit).

«O comité central do partido comunista búlgaro considera que no futuro, como no passado, o essencial da actividade dos sindicatos deve ser desenvolver e enriquecer ainda mais a competição socialista e o movimento para o trabalho comunista».

Porquê esta competição? Porque:

«A competição constitui, no processo de produção, um método experimentado de edificação do pessoal e um elemento de activação importante deste com vista à realização das tarefas do plano e actualização das reservas de produção». (Resolução do conselho de ministros e do conselho central dos sindicatos polacos, 1966, citado por T. Lowit).

Os objectivos da competição socialista adaptam-se constantemente às necessidades da política económica seguida, sendo a orientação sempre determinada, na cúpula, pelo estado. Existem três níveis de relações na economia: os trabalhadores, a «tecnocrática» (administradores, quadros, sindicalistas, etc.), a burocracia do estado. As massas não controlam de modo algum os administradores; estes só são responsáveis perante o estado que fixa as orientações do Plano, e em consequência os objectivos da «competição»; o estado não é responsável perante ninguém.

As relações de produção na empresa caracterizam-se pela primazia do critério da produtividade, e portanto pela compe-

tição, pelos estímulos, isto é a desunião; bastam alguns factos: predominio do regime de empreitada; 50 a 75% de diferença entre o salário base e o salário «após os prémios»; cadências aceleradas; multiplicidade de categorias profissionais; despedimentos possíveis; descontos da ordem de 17 a 32% segundo as regiões; sub-classificação feminina.

A competição pode tomar aspectos diferentes, de acordo com os objectivos económicos a atingir. Pode ser individual, entre assalariados que efectuam o mesmo trabalho, entre equipas ou oficinas ou entre empresas. Mas todas estas formas se completam:

«A competição entre colectividades pressupõe um grande desenvolvimento da competição individual e por brigadas».

Existe «competição», no sentido em que há uma hierarquia de méritos: é preciso, com efeito, distinguir as formas «inferiores» e as formas «superiores»; equipas em competição podem também concorrer ao título de «brigada do trabalhador comunista» ou, a título individual ao título de «trabalhador de choque do trabalho comunista».

Os títulos não requerem unicamente qualidades estritamente profissionais: baseiam-se em critérios que avaliam também o comportamento familiar ou «a vida em geral».

Os títulos honoríficos são variados: «herói do trabalho comunista», «brigada do trabalho comunista», «trabalhador de choque do trabalho comunista», quadro de honra exposto na empresa ou oficina com foto anexa, estandartes vermelhos que, como a camisola amarela da volta à França, é o prémio da competição inter-empresas.

«A entrega da insígnia de trabalhador de choque do trabalho comunista, das insígnias

vermelhas e dos diplomas vermelhos (...) devem efectuar-se numa atmosfera solene» (Trud, 27 de Setembro de 1966, citado por T. Lowit).

«O papel dos prémios, dos diplomas de honra, dos estandartes de competição diminui se forem atribuídos sem a solemnidade e publicidade necessárias. É por isso que as organizações do partido e do sindicato se devem preocupar, com cuidado particular, na aplicação creadora das diferentes formas de estímulos morais. Trata-se de fazer com que as recompensas materiais se tornem num factor moral actuante» (Pravda, 21 de Outubro de 1966, citado por T. Lowit).

A organização da competição faz-se em várias etapas: elaboração do contrato feito pela direcção com a colaboração dos sindicatos; extensão da competição nas empresas, cujo papel é entregue aos sindicatos: realização dos objectivos fixados, sob controle dos sindicatos, e por fim distribuição das recompensas.

«Os melhores resultados na competição devem ser premiados publicamente. Os dirigentes sindicais das empresas, com o apoio dos responsáveis da economia (...) deverão velar para que os resultados particularmente satisfatórios da competição sejam recompensados não só materialmente, mas também moralmente» (Alemanha de leste, «Die Arbeit», n.º 12, Dezembro de 1966, citado por T. Lowit).

Já vimos anteriormente as três funções principais do sindicato na URSS e nos países de leste. Insistimos agora na questão da «competição» para mostrar a que ponto o apoio à competição é incompatível com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Estamos infelizmente muito limitados pelo espaço para des-



crever em pormenor os mecanismos de competição pelo que nos limitamos a dar os princípios.

Temos contudo ocasião para voltar ao assunto, num próximo artigo, sobre o funcionamento da secção sindical, muito elucidativo para compreender as relações existentes, ao nível de empresa, entre os trabalhadores, a direcção da empresa e a direcção sindical.

Para compreender a situação do sindicato na URSS é necessário conhecer a situação económica e política que aí prevalece: estatização dos meios de produção, monopólio do comércio externo pelo estado, planificação pelo estado. Politicamente é o partido comunista que detem o poder estatal, é ele que determina a política económica, as formas de administração da sociedade.

Não existe nenhum controle dos trabalhadores sobre a política do partido, sendo este que designa todos os dirigentes do sector económico, do estado e da administração, responsáveis apenas perante o estado, quer dizer, o partido, e nunca perante os trabalhadores. É o princípio da «direcção única» da economia instituída por Lenine nos primeiros anos do regime.

O partido detém a supremacia sobre qualquer organização, incluindo o sindicato. Este princípio foi estabelecido pelo 9.º Congresso do Partido em 1920:

«... é evidente que os sindi-

catos, à medida que se desenvolve a consciência comunista e o papel creador das massas, deverão transformar-se progressivamente em organismos auxiliares do estado proletário; a inversa não se deverá verificar.»

Isto levanta um certo número de problemas importantes que diferenciam o marxismo do anarco-sindicalismo. Embora os sindicatos constituam a organização da classe operária, por excelência, não desempenham qualquer papel na direcção da sociedade socialista, do «estado proletário». É o partido que assume esta função, como «vanguarda» chamada a dirigir as massas.

Isto significa que é uma minoria que dirige a sociedade — e a experiência mostra que esta minoria é totalmente incontrolável — e sobretudo, que a organização social não é feita pelos trabalhadores através das organizações de produtores, mas pelo «cidadão» através dum organização de estado. E não um «cidadão» qualquer mas aquele que o partido coopta.

É difícil assim conceber que o estado venha um dia a «definhar» como ingenuamente acreditam os marxistas; e é igualmente difícil compreender, nestas condições, a transformação, do «governo dos homens» em «administração das coisas» como dizia Engels retomando a fórmula célebre de Saint-Simon.

### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Director

EMÍDIO SANTANA

Propriedade da

COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração

Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq., LISBOA

Composição e impressão

Tip. E. N. P. — Anuário Comercial de Portugal

Para Portugal e ilhas adjacentes:

10 números ..... 22\$00  
12 números ..... 26\$00  
20 números ..... 42\$00

Para o Estrangeiro:

10 números ..... 32\$00  
12 números ..... 38\$00  
20 números ..... 62\$00

Assinatura de apoio anual 100\$00

**A BATALHA**

Trabalhadores, amigo de A Batalha! No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propaganda.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial A Batalha.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E



# A LEI SINDICAL MATA A LIBERDADE SINDICAL

Sofremos durante 41 anos o domínio burocrático, político e policial do Estado sobre os nossos sindicatos; nos últimos anos, ainda sob a pata opressiva, procurámos sacudir o jugo movimentando as classes, recusando certas obediências e sempre reclamando a liberdade sindical.

Era a aspiração justa e a correcta experiência da luta sindical que, mesmo condicionada, nos advertia do que era preciso conquistar.

Nessa manhã primaveril de 25 de Abril os trabalhadores saindo à rua, acompanhando os soldados, dominando as ruas, as estradas, os campos e as oficinas recobram a liberdade sindical. Simbolicamente conquistaram o edifício do Ministério das Corporações. Não foi preciso revogar as leis fascistas que Salazar instituiu; ficaram ali mesmo revogadas. Conquistara-se a liberdade sindical.

Não tardou porém que a Intersindical, que magicamente apareceu com um corpo dirigente, uma doutrina e um dossier de ordens, viesse solicitar uma lei sindical e os seus mandatários por diversos lados apregoassem e olímpicamente recomendassem que não se reestruturariam os sindicatos sem vir uma lei sindical.

Um ministro do trabalho, saído de certos meios sindicais, projectou a lei sindical. Saiu pelas traseiras, e a lei reaparece agora. E paradoxalmente a Intersindical apresenta agora outro projecto: as intenções são as mesmas com os mesmos disparates e, sobretudo o mesmo alcance.

Uma lei sindical? Para quê? A quem interessa a lei?

Uma lei sindical é a limitação e o estrangulamento da liberdade sindical.

Se não há uma lei especial que regule o funcionamento,

como no caso da lei sindical, de associações desportivas, recreativas, de beneficência, cooperativas, etc, porque há-de haver essa lei para o sindicalismo que se considera indispensavelmente livre, e livre por conquista política da democracia que se procura instituir?

A quem interessa essa lei? Insistimos nós. Para que serve?

Seria suficiente para contestar a lei o não haver semelhança para outros tipos de associação, mas o que é estranho é que seja a Intersindical a interessada e a sua introdutora, e que esteja orquestrando, ao geito das grandes encenações dos actos políticos do salazarismo, a chuva de telegramas de aplauso despachados em qualquer estação postal, a convocação de assembleias sob a hora, sem tempo para estudo e para debate.

A quem interessa a lei?

A Intersindical e os seus corifeus mascaram as suas intenções de domínio político sobre os sindicatos com o pretexto da unidade, e para confundirem distinguem unidade e unicidade revelando uma confrangedora ignorância dos métodos e evolução do sindicalismo.

O conceito de unidade é absurdo e negativo da liberdade sindical. A unidade é uma obediência imposta em nome dum sistema, dum programa, que não dá lugar à reflexão, à discussão nem à faculdade de se procurar o acordo, a união voluntariamente criada e conscientemente formada. Só a união consciente é forte e fecunda.

Só pode conceber a arrejimentação sindical sob a batuta de qualquer intersindical forjada à sombra do ministério do trabalho quem tem pretensões de despotismo iluminista, quem se julga fadado para servir em

brinde a emancipação aos trabalhadores.

Fala-se em unidade sindical especulando-se com a necessidade de os trabalhadores forjarem uma força poderosa; mas não se conservou essa união (unidade é impróprio) na hora solene da luta dos TAP, da Lisnave, do Jornal do Comércio, dos CTT, dos padeiros, etc. Nesses momentos sim, é que se prova o valor prático e sobretudo *consciente e desalienado* da união dos trabalhadores fora dos compromissos políticos de partidos em obrigações de coligação.

É evidente — e sobretudo estulto — supor que uma lei tão minuciosa como o era o Estatuto do Trabalho do salazarismo só pode interessar a quem deseje *jugular* o movimento sindical.

Mal disfarçando o novo tipo de corporativismo, pretende-se impressionar os trabalhadores opondo o sofisma da unidade a um pluralismo sindical que pode ter muitas interpretações.

Recusamos o pluralismo sin-

dical como direito de qualquer partido — incluindo o que se intitula unitário — de dispor duma organização sindical como tropa de choque e reserva de caça eleitoral. De resto o verdadeiro pluralismo sindical é a liberdade e a faculdade dos trabalhadores forjarem a sua organização consoante as condições que se lhes apresentam.

Todo o articulado da infeliz lei é uma tutela completa dos trabalhadores, como entendendo-os em minoridade e como que o Estado, ministros, conselheiros de estado e burocratas do trabalho mais ou menos dialecticos, é que entendem que sindicatos lhes convém, como os hão-de formar, com tal precisão de pormenores que se dispensa para qualquer associação de amigos de Portugal-Bosquimânia. Mesmo assim com esse desvelo de cuidados e paternalismo, mesmo em estilo de santacomba, exigir-se-ia que não fosse tão cheio de disparates e contradições como os

projectos de linfatismo dialectico.

Para amostra assinalemos: Diz-se no preâmbulo: *...a liberdade sindical com os seus corolários lógicos: direito da livre filiação nas instituições constituídas...*

No n.º 2 do art. 11.º diz-se — *Em caso de concorrência entre um sindicato de profissão e um sindicato de ramo de actividade, os trabalhadores só poderão inscrever-se neste último.*

Se é a lei que fixa onde nos devemos filiar, duas coisas carecem de explicação: onde fica a liberdade sindical de filiação; como aparecem dois sindicatos se só num nos podemos filiar?

E nesta dialectica se segue até ao fim do nado-morto.

Finalmente interessa reflectir: se com esta lei se anula a liberdade sindical, a mesma liberdade sindical voltará a galope por já ser irreversível, embora seja incómoda para os «paternais funcionários sindicais gerados na chocadeira da Intersindical».

## UNIDADE - UNIÃO

### CARTA ABERTA AOS MEUS CAMARADAS

Socialistas, Comunistas, Sindicalistas e Anarquistas

Caros Camaradas:

Há mais de 30 anos que eu milito pelos escritos na vanguarda do proletariado socialista, sindicalista, anarquista. Permite-me, pois, que a todos me dirija, como homem que verdadeiramente deseja a marcha rápida da humanidade para um estado social de mais liberdade, mais igualdade e mais solidariedade que a que actualmente existe na nossa sociedade capitalista.

Pretendendo a *Unidade* socialista quer nacional, quer internacional, temos em vista um sonho irrealizável.

A *Unidade* não existe na natureza. É uma aparência, uma simples ilusão. Um organismo unitário como o ser humano por exemplo, não passa de um simples agregado de células... É uma *União* e não uma fusão numa unidade dum certo número de células...

Em todos os ramos dos conhecimentos naturais encontramos estes fenómenos de *União* e nunca de fenómenos de *Unidade*. Pois a *Unidade* é uma concepção do espírito, irrealizada e irrealizável.

Se esta pudesse vir a realizar-se, seria com efeito, o desaparecimento da diversidade, que é o principal elemento da riqueza, da grandeza e da beleza da natureza e da vida. Se a homogeneidade chegasse a triunfar da heterogeneidade teríamos o *statu-quo* em tudo e bem depressa a morte.

O progresso humano só se realiza pela tendência tão poderosa entre os homens para uma heterogeneidade incessante. E é a resultante de inúmeras experiências das mais diversificadas ordens. E estas inúmeras experiências não podem realizar-se, se não houver diversidade de vistas, de opiniões, de imaginação, se não houver o espírito de revolta contra o que existe, se não houver, numa palavra, o contrário da *Unidade*.

para modelar todos os indivíduos num mesmo modelo unitário. No plano humano e social tender-se-ia assim *não para a igualdade*, mas para a *identidade* de todos os homens.

Com a *Unidade* pretende-se que todos os homens vejam, sintam, pensem e actuem do mesmo modo. Oh! sei muitíssimo bem que isto nunca se realizou, apesar do esforço *unitário* feito pelos déspotas, pelos autócratas de todos os tempos e em qualquer situação social. E isto não se realizou porque era irrealizável. E por razões idênticas irrealizável será para o futuro.

Mas se todos os esforços são impotentes para realizar este fim, isto não impede que tais esforços sejam antes factores de paralização do progresso humano que factores do seu movimento. Com efeito a energia gasta por estes esforços serve precisamente para suscitar esforços contrários que absorvem também energias humanas. E

estas energias perdidas não são utilizadas para a destruição dos males naturais e sociais.

Caros camaradas não deveis portanto ter em vista a *Unidade* quer nacional quer internacional do proletariado mas sim a sua *União*. Esta faz a força. Pois que só ela é a soma das forças individuais unidas. O inimigo do proletariado é o capitalismo. Tanto o capitalismo como o proletariado não são unidades reais, só o são abstractamente, por concepção do espírito. Mas de facto tanto um como o outro estão *unidos*, cada um em seu campo, por um conjunto de interesses comuns a cada grupo.

É este interesse comum do proletariado quer nacional, quer internacional que é necessário mostrar incessantemente ao proletariado. Para o *Unir* — e não para o *Unificar* — com todas as suas variedades de temperamento, de sentimento e de pensamento.

Façamos todos uma *União* livre, voluntária para lutar contra o capitalismo.

Abreviemos a nossa luta pela nossa *União* em vez de a prolongarmos pelo nosso vão esforço de *Unidade*.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS! E NÃO, UNIFICAI-VOS!

Augustin Hamon

(In A Batalha de 5/2/1922)

## Será assim a liberdade sindical?

O projecto de lindas associações sindicais, luminosa inspiração da Intersindical, alfofre de dialecticos, que às vezes até entram em eclipse lunar, oferece-nos estas mostras do seu «doce paternalismo».

Art.º 2 — As associações sindicais sujeitas ao projectado decreto-lei ainda ficam sujeitas à lei geral das associações. Dupla grilhetas.

Art.º 3 — Definição do trabalhador: «aquele que mediante retribuição presta a sua actividade a outra pessoa sob a direcção desta».

Um assalariado da Cuf ou da ITT que presta a actividade a uma empresa e está sob a direcção dum gerente, por exemplo, não será um trabalhador?

O resto do artigo ninguém percebe.

Art.º 6 — b) Declarar greves nos termos da respectiva lei.

Liberdade sindical e greve arma dos trabalhadores?

Art.º 7 — Proíbe as entidades patronais de subsidiar ou ajudar os sindicatos.

Isto é reconhecer a necessidade dum tutela, mas no caso de a lei ser promulgada talvez fosse mais conveniente fixar que os funcionários sindicais não podem ser dirigentes sindicais.

Art.º 9 — 1) A personalidade jurídica dos sindicatos só é adquirida através do Ministério do Trabalho. Antes do 25 de

Abril era no mesmo edifício e repartição embora fosse outro secretário de estado.

Art.º 9 — 2) O requerimento de registo de um sindicato será acompanhado dos estatutos assinados pelo menos por 20% dos trabalhadores. Se for o sindicato dos ferroviários leva com certeza milhares de assinaturas, se for o sindicato rural de Évora, por exemplo, tem de se fazer um censo da população.

As percentagens dos n.ºs 4 e 5 é um sofisma a utilizar por quem? Pelo Ministério do Trabalho ou pela Intersindical?

Art.º 12 — Pretende que o trabalhador que se retire do sindicato este pode exigir-lhe três meses de cotização. Perguntamos: se não pagar as cotas, o sindicato processa-o?

Art.º 13 — 2) Os estatutos do sindicato podem fixar condições de capacidade activa ou passiva dos sócios para efeitos de eleição de corpos gerentes. Belo sistema para anular oposições!

Art.º 16 — Como naqueles tempos... do fascismo a identificação dos membros dos corpos gerentes tem de ser enviada ao Ministério no prazo de cinco dias.

Basta! A Intersindical dispõe-se a ser uma repartição de trabalho. Reformismo alienante.





## QUE TERRA?

O crescimento económico tornou-se um Deus em nome do qual a vida sobre a Terra é sacrificada, as reservas naturais são pilhadas e o homem reduzido à escravatura.

Cada vez mais um maior número de pessoas compreende a necessidade de criar um novo modelo de vida, de mudar as nossas concepções do homem, da natureza e dos fins das sociedades humanas.

O homem não é o dono da natureza, ele não é mais do que um elemento activamente transformador do conjunto das espécies do ecossistema terrestre. Ele desenvolveu a tecnologia para transformar a natureza, desde o instante que lançou a azagaia contra um animal.

Hoje é preciso que aprendamos a trabalhar com a natureza e nunca mais contra ela.

Crescimento económico máximo, produção máxima, consumo máximo, não podem ser os fins razoáveis para uma humanidade que vive no seio duma ténue membrana de vida cobrindo um planeta limitado. O lixo e a sujidade, a água e o ar poluído, a alimentação envenenada, a natureza que morre, fazem compreender a cada vez maior número de pessoas a loucura de lutar para tais fins. São estes fins que levam à construção de sociedades artificiais e desumanas onde florescem as burocracias que isolam o homem da natureza e o obrigam a viver deprimido e por vezes numa pobreza sem limite. Estes mesmos fins marcaram uma realidade: a da riqueza material para alguns, a do empobrecimento para muitos e da diminuição da qualidade de vida para todos.

Estes fins servem também para justificar a concentração cada vez maior da influência e do poder nas mãos das gigantescas sociedades supranacionais de governos poderosos e de monstruosos complexos militares.

Este desenvolvimento transforma cada vez mais o homem em objecto, controlado e manipulado pelos dirigentes, vendendo-se o homem privado do produto do seu trabalho e do contacto com os seus semelhantes. Hoje precisamos de encontrar novas formas que nos permitam viver com as reservas terrestres em vez de as envenenar e as destruir. Precisamos de encontrar novas maneiras de partilhar e de utilizar esta produção para a libertação do homem.

Devemos cooperar a fim de tomar conta das nossas próprias vidas. Neste combate esperamos encontrar adversários poderosos; deveremos estudar e analisar as suas forças, os seus interesses e as suas intenções. Ao mesmo tempo precisamos de discutir mais activamente uma estratégia e alternativas viáveis para um novo modo de vida onde as pessoas livres cooperem livremente.

Devemos ser solidários com

os povos oprimidos que combatem pela sua libertação, nos países pobres e por todo o mundo.

A actualidade da questão das condições de vida sobre o nosso planeta constrangiu os políticos, os governos, as grandes firmas e as organizações internacionais a falar de «o ambiente humano».

É óbvio que quaisquer medidas tomadas em reuniões de homens políticos não serão capazes de resolver os problemas a que teremos de fazer frente; o que eles poderão fazer é referir-se às explicações complicadas dos peritos, fazendo assim crer a muitos de nós que os problemas são demasiado complexos para que os possamos compreender.

As conclusões poderão ser formuladas de tal modo que seja a modificação das consequências do desenvolvimento em curso, e não a criação de novo modo de vida que apareça como a tarefa a cum-

prir. Eles apresentarão intermináveis resoluções afim de nos persuadir e provavelmente também de se convencerem a si próprios de que o nosso futuro está em boas mãos.

(Extraído de *Viver e sobreviver*)

## POCARIÇA — (Alenquer)

Nesta região o proprietário da quinta da Margem Arada — Raimundo Ferreira — emprega métodos sem classificação para obrigar os rendeiros a abandonar as terras: Com um Bulldozer invade-lhes as terras e destrói-lhes as colheitas e os terrenos cultivados. Este caso já se passou no ano passado, e como no ano passado ainda não se encontrou solução para ele, pois a actual Comissão Administrativa da CMA nada resolve, prometendo em contrapartida entregar o caso aos tribunais respectivos. Entretanto o Sr. Raimundo Ferreira vai preparando novas manobras e movendo influências para que o caso não siga para tribunal, como se o tribunal fosse resolver o caso.



(...) o homem desenvolveu a tecnologia para transformar a natureza (...)

## Declaração de princípios do Movimento Sindical de Base

com o pedido de publicação inserimos este documento

A queda do regime que há quase cinco décadas reprimia as mais elementares liberdades do povo português não provocou alterações que profundamente afectassem os poderes e privilégios da burguesia dominante.

Na verdade, através da sobrevivência da propriedade privada dos meios de produção, mantém-se intacto o sistema capitalista e com ele os perigos do fascismo, já que este mais não constitui do que a expressão política autoritária que aquele pode assumir quando o avanço da luta dos trabalhadores faz perigar a sua existência.

Acresce que, não obstante os mais recentes acontecimentos políticos, as contradições e ambiguidades existentes no seio do poder podem agudizar-se facilitando as manobras reaccionárias da burguesia, que, sob qualquer forma, tudo fará para continuar a opressão da classe trabalhadora.

É urgente, pois, perspectivar o futuro em termos correctos.

A construção duma sociedade socialista só se torna possível pela criação de formas cada vez mais avançadas da luta da classe trabalhadora contra a exploração e opressão capitalistas, seja qual for a expressão política que estas assumam.

Para tanto, é desde já necessário a organização e o fortalecimento dos trabalhadores, segundo uma via elaborada por eles próprios, que assente numa prática cujo objectivo imediato seja o desmantelamento das estruturas fascistas e para-fascistas existentes, de forma a obstar ao avanço da reacção.

É neste contexto histórico e político que se constitui o MOVIMENTO SINDICAL DA BASE (M.S.B.), o qual considera que o fortalecimento da unidade dos trabalhadores só é possível segundo uma perspectiva dinâmica onde se enquadre a prática dum sindicalismo forte, amplo e assente numa base verdadeiramente democrática.

A luta contra o capitalismo compreende a actuação das massas através dos sindicatos; a sua força, porém, não se afirma no imobilismo, mas na acção permanente desenvolvida onde a luta de classes assume formas mais concretas e ainda nas tomadas de posição perante os problemas económicos, sociais e políticos, numa atitude de oposição a todas as medidas contrárias aos seus interesses.

É portanto indispensável realizar a unidade sindical por meio da mobilização de todas as forças anti-capitalistas.

Só a conjugação das energias das massas trabalhadoras, segundo uma linha inspirada na sua capacidade de iniciativa e de organização, conduz a resultados positivos.

Por isso o M.S.B. condena a linha sindical que se caracteriza pela sujeição da vontade colectiva à vontade dos órgãos directivos e denuncia o grave perigo que a mesma constitui.

O dirigismo, porque traduz um divórcio entre os quadros dirigentes e as massas, leva os primeiros a actuarem como elementos paralisadores do movimento sindical, desmobilizando os trabalhadores e atrasando o processo da sua consciencialização.

Os sindicatos têm de ser organizações independentes dos partidos políticos quaisquer que sejam as opções partidárias dos seus associados, devendo pertencer a estes o seu controlo total e exclusivo numa posição crítica que corresponda às necessidades de luta de cada momento.

Assim, no sentido de exprimir em bases concretas a acção que se propõe desenvolver e cujo objectivo é a luta contra a exploração capitalista tendo como perspectiva orientadora a construção duma sociedade sem classes, o M.S.B. adopta os seguintes pontos como declaração de princípios:

1—Luta no plano sindical pela unidade de todas as correntes progressistas, consequentemente empenhadas na defesa dos interesses dos trabalhadores;

2—Rejeição do enfeudamento dos sindicatos a qualquer organização política, por se reconhecer que tal situação não permite realizar a indispensável unidade sindical;

3—Luta por um sindicalismo onde todas as iniciativas e decisões são controladas pelos trabalhadores;

4—Repúdio do sindicalismo dirigista, por conduzir à passividade e consequente desmobilização dos trabalhadores, atrasando gravemente o processo de consciencialização dos mesmos para as tarefas que lhes cabem na luta pela sua emancipação;

5—Existência duma estreita e permanente ligação entre dirigentes e demais trabalhadores que, pela prática efectiva da crítica e auto-crítica, permita a adopção dos métodos e processos tidos como mais convenientes, bem como a sua eventual correcção;

6—Reconhecimento de que os dirigentes sindicais deverão criar as condições necessárias ao desenvolvimento da capacidade de luta dos trabalhadores e apoiar as iniciativas que, a nível de

empresa, sejam colectivamente tomadas;

7—Prática de uma constante acção informativa e formativa entre os trabalhadores, com o objectivo de desenvolver a sua consciência de classe e facilitar as decisões colectivas;

8—Reconversão imediata da organização sindical existente em sindicatos por ramos de actividade — sindicatos de indústria — como meio de consolidar a unidade dos trabalhadores e fortalecer a sua capacidade de luta;

9—Luta por uma legislação global que permita aos trabalhadores o exercício das liberdades fundamentais e a defesa dos seus interesses.

Estes os pontos que expressam a posição do M.S.B., os quais se pretendem definidores de uma linha de actuação prática a nível nacional, num espírito de colaboração e solidariedade com todos os trabalhadores que perfulhem a presente orientação.

Temos consciência de que só unidos conseguiremos atingir os nossos objectivos. MAS A UNIDADE QUE DEFENDEMOS, ESCLAREÇA-SE É A QUE TRADUZ O DIALOGO E O RESPEITO PELAS LIBERDADES DOS TRABALHADORES.

A luta contra o capitalismo — objectivo imediato — temos de a empreender contando desde já com as maiores dificuldades. Sobretudo devemos estar preparados contra todas as formas de oposição a um sindicalismo autêntico.

As conquistas que se alcançarem resultarão forçosamente da iniciativa e acção da classe trabalhadora.

LISBOA, NOVEMBRO DE 1974

- ALINE DE AGUIAR — Farmacêutica
- ANTÓNIO CABRAL DA COSTA — Delegado de Propaganda Médica
- ANTÓNIO PEREIRA RODRIGUES — Operário Relojoeiro
- CARLOS GONÇALVES — Bancário
- CARLOS MARIA JESUS BETTENCOURT — Ajudante de Despachante de Alfândega
- FERNANDA LOPES CARDOSO — Professora
- FRANCISCO ELIAS MATA — Tipógrafo
- FRANCISCO MARTINS ENGRAÇA — Trabalhador da RTP
- JOSÉ CARLOS PAULO SIMIÃO — Bancário
- JOSE REIS — Delegado de Propaganda Médica
- JOSE DE SOUSA MENDES — Metalúrgico
- LUIZ MANUEL FERREIRA FAUSTINO — Mecânico de aviões
- NORBERTO ADOLFO MARTINS DOS SANTOS — Trabalhador da RTP

★

Rua dos Ameiros, Lote 1449 - 8.º Esq. — Lisboa

## EXPLORAÇÃO

A Situação dos Carregadores e Descarregadores (só há eventuais) das Empresas de Camionagem e Transportes (no Campo das Cebolas) é concertiza desconhecida da grande maioria. Por nos parecer injusta dela aqui damos conta.

A primeira dificuldade que se depara a todos aqueles que ali vão tentar trabalhar é o «Conto».

O que é o «Conto»? É uma escolha, feita por um representante da Empresa, de um determinado número de indivíduos que ele julga ser necessário, para o trabalho desse dia.

Seguidamente começa o trabalho, para quem tem «sorte» de ser escolhido.

Evidentemente que quem ali vai trabalhar já sabe que irá ter tarefa dura, mas essa dureza atinge por vezes proporções tão grandes que se torna evidente a escassez numérica de indivíduos contratados.

O horário para almoço (que não pode exceder 60 minutos) é variável, pois há tarefas que pela sua demora não permitem aos trabalhadores tomar a sua refeição a uma hora normal.

Muitas vezes são forçados a trabalhar «no duro» até bastante tarde apenas com o pequeno-almoço tomado muito cedo (antes das 8 horas).

A hora da saída também é variável sendo raras as ocasiões em que recebem antes das 18 horas, podendo dar-se o caso de terem que trabalhar até muito mais tarde, se o serviço o exigir, sem ganhar mais por isso.

Só no caso de o tempo extra ser muito grande será pago.

Aliado a tudo isto não há quaisquer regalias de Previdência. Se estiver doente não trabalha, consequentemente não ganha.

Parece que a este estado de coisas só se pode dar um nome: EXPLORAÇÃO.

**TRABALHADOR!**  
converge  
a tua acção  
para o sindicato  
e defende-o  
das tutelas  
partidárias

A BATALHA





## De manhã num mercado

Um mercado que se estende em pequenas lojas ao longo de uma rua. Estabelecimentos de peixe de mistura com outros onde se vendem hortaliças; mercearias e lojas de fazendas; confeitarias e pequenas casas de comes e bebes. Ao longo dos passeios e peçando a rua, ciganos e outros que o não são, vindos de todos os pontos do país. Mulheres e homens vendem de tudo, desde o calçado até aos aparelhos de rádio, num pandemónio de encontros e de palavras, de perigos de atropelamento das pessoas pelos camiões e automóveis que por ali circulam, mesmo nas horas de maior afluência.

Tal é o mercado da Ajuda, inaugurado há quarenta anos, e sem qualquer melhoria na maior parte dos estabelecimentos ali existentes.

Começam a chegar as hortaliças, transportadas do mercado abastecedor por camionetas de todos os tamanhos e de diversas marcas e também por pequenas carroças. Gritos dos condutores para abrir passagem, despertar os animais e evitar um ou outro choque com as pessoas. As carroças descarregam, normalmente, para um só vendedor; as camionetas distribuem a carga para vários. Rapazes pequenos e alguns já em idade escolar furam por todos os lados, aumentando a confusão.

As donas de casa acorrem rápidas e, num olhar rápido, procuram avaliar a variedade e a fartura dos produtos chegados e os preços possíveis, fazendo cálculos à vida e ao seu dinheiro.

Uma freguesa, esguia como uma palmeira, toma na mão uma couve lombarda e pergunta:

— Quanto custa isto?  
A vendedora, sem levantar os olhos da sua mercadoria, responde:

— Quinze escudos, uma lombarda que mal chega para três filhos? E o resto em quanto me vai ficar? Dou-lhe dez escudos e já é bastante caro, escudos e já é bastante caro.

— Vá lá por doze mil e quinhentos, para me estreiar.

Outra compradora escolheu dois nabos. Depois de os mirar e de calcular o seu peso, grita:

— Quanto custam estes dois nabos, sem a rama, de que não preciso?

— Com rama ou sem ela, o preço é o mesmo, cinco escudos os dois.

— Dou-lhe quatro escudos.

As palavras ficam um pouco no ar e só depois vem uma resposta que nos parece desabrida, mas que talvez seja natural naquele labirinto, onde todos os dias se repetem os movimentos, as palavras, o regatear e o lamento do que se compra com mais ou menos boa vontade e necessidade.

— Cinco escudos, já disse. É pagar ou largar.

Os nabos ficaram e a mulher desandou rápida para outro lugar a tentar a sorte, talvez impelida pelo mau modo autoritário da gorda dos nabos.

Dez horas da manhã, as donas de casa chegavam de todos os lados. Aumenta a confusão e só aos gritos se conseguem fazer ouvir. Uma fila de camionetas aparece ao virar da esquina, o interesse pelas hortaliças é substituído pelo do peixe que chega. Correrias para ocupar os lugares primeiros nos estabelecimentos de venda. Os condutores têm dificuldade em arrumar e depois em descarregar. Alguns encontros provocam palavras pouco usuais. O peixe é descarregado e arrumado nos tabuleiros de venda. As donas de casa, ávidas e apressadas, tomam nas mãos uma marmota negra, da costa, agora promovida a pescada do alto, e da boa. Examina-a e interroga:

— Quanto?  
— Está ali o preço no quadro, com todas as espécies à venda, trinta e seis escudos o quilo. A mulher larga a marmota e vira-se para o carapau médio. Olha o quadro, está marcado a vinte e cinco escudos. Pede meio quilo e vai comentando: não é muito, mas é o que se pode arranjar.

Poucas variedades de peixe. É terça-feira, mercado fraco e tudo pela hora da morte, é a voz corrente na multidão que se apinha à volta dos lugares. Não há sardinha, o carapau é negro e custa como se fosse do branco. Há também raia, que noutros tempos se não vendia e ficava na praia para quem a quisesse, alguns polvos e pouco mais. Um homem, tipo de pescador, apresenta numa

alcofa camarão miúdo a oito escudos cada caneco, a servir de medida.

Damos uma volta. Uma mulher de meia idade apreça um peixe encarniçado que dantes não aparecia nos mercados, talvez com meio quilo. A mulher do lugar põ-lo na balança, dizendo:

— Tem vinte escudos. Isto hoje ficou-nos por um dinheirão. Não pode ser por menos nada, e vai enrolando o peixe num papel de jornal, que a mulher mete num saco de plástico. Hoje o mercado está à pinha, ouve-se dizer. Ontem não houve nada, foi só o que ficou de domingo. Agora está tudo esfaimado.

Retiram-se a pouco e pouco as compradoras mais apressadas. Formam-se pequenos grupos em que se fala de tudo e até de política — a política da carestia da vida e do Governo, que não tem mão nela. Todas as coisas precisam para o governo da família aumentam todos os dias. Foi autorizado o aumento do pão, do arroz e de alguns outros géneros, mas todas as outras coisas aumentaram e continuam a aumentar. Quem é que autorizou?

Disseram que os aumentos foram provocados pela alta dos salários, comenta num grupo uma mulher ainda nova, mas onde é que vão esses aumentos? E em voz alta diz: o meu marido e muitos outros não foram aumentados e temos de pagar os aumentos como as demais. O meu sogro não foi aumentado na pensão.

Aonde é que tudo isto vai parar ninguém sabe. Por este andar, daqui a pouco está tudo pior do que estava, antes deste Governo.

— Cale-se lá mulher, não diga uma coisa dessas.

— Não digo?...  
Para esta acção negativa ser-

A Lisnave, empresa de construções e reparações navais, é a maior empresa existente em Portugal nesta indústria e tem ao seu serviço 8 500 trabalhadores. Esta empresa, como muitas outras, depois do 25 de Abril, está ameaçada de crise.

Que crise? Económica? Financeira? De direcção ou de administração?

O pessoal tem lutado pelo saneamento das entidades superiores, mas, como toda a parte, tem encontrado resistências fortes ainda não vencidas.

Por sua parte, o pessoal dá o exemplo, melhorando a produtividade, que atingiu e ultrapassou o índice de 1969, quando do apogeu da empresa.

Encomendas não faltam. Há navios que aguardam docagem e ameaçam ir para a Espanha. Detêm-se navios na doca para dizer aos que esperam docagem que há falta de docas livres.

Porquê tudo isto?

Nega-se à Comissão do Pessoal a consulta de documentos originais de todas as operações contratuais de trabalho e são-lhe fornecidos documentos trabalhados com elementos duvidosos. Os telexes são guardados muito cuidadosamente e ameaçam as pessoas encarregadas do seu arquivo e guarda com o despedimento caso venha a ser conhecido o seu conteúdo.

Para esta acção negativa ser-

## Vozes da LISNAVE

vem-se de uma cláusula do contrato colectivo de trabalho que considera justa causa de despedimento o facultar o conhecimento de tais documentos a pessoas estranhas. Porém, uma Comissão eleita por todos os trabalhadores da empresa não é nem pode ser considerada uma entidade estranha.

A Comissão representa todos os 8 500 trabalhadores que constituem o capital humano — o verdadeiro capital — sem o esforço do qual seria estéril.

Ora o pessoal, que elegeu a Comissão, tem de apoiá-la decididamente, reivindicando:

I — A Comissão é uma entidade oficial dentro da Lisnave, mandatária de todo o pessoal ao serviço.

II — A Comissão tem o direito de exigir que lhe sejam facilitados todos os documentos que entenda necessários para o bom desempenho da missão que lhe foi confiada ao ser eleita por todo o pessoal da empresa.

III — Não pode ser considerado justa causa de despedimento o facultar os documentos acima referidos à Comissão do Pessoal e qualquer

desses actos, a verificar-se, será tomado como manobra provocadora à disciplina, da qual os de cima devem dar o exemplo.

Nesta base reivindicativa todo o pessoal está e continuará unido, pois ela representa muito no caminho do desejado e necessário saneamento;

O prestígio da Lisnave tem de começar na boa qualidade de todos os seus serviços, desde a direcção e administração até ao pessoal operário;

Quanto a este, tem dado o exemplo, comprovado pelos índices de produção.



# OS HOSPITAIS E A COMUNIDADE

## PROJECTO DE LEI ORGÂNICA HOSPITALAR

Em princípios de Outubro de 1974 a Secretaria de Estado da Saúde deu conhecimento ao grande público, através da imprensa diária, do conteúdo dum projecto de Lei orgânica hospitalar, aguardando sugestões e críticas a tal projecto até ao fim desse mês. Esta informação vinda a público de maneira parcelar e sem explicações prévias sobre a situação hospitalar pode dar ideia de que se trata dum projecto revolucionário. Todavia, para quem conheça a situação de facto, os seus antecedentes e as propostas dos órgãos de gestão hospitalar o projecto de Lei representa um retrocesso evidente.

Na verdade, desde o 25 de Abril que os trabalhadores



hospitalares substituíram direcção e administração por órgãos de gestão democraticamente eleitos com representação dos diferentes sectores profissionais. Muitos serviços procederam de idêntico modo elegendo direcções colegiais pluriprofissionais. Ora o presente projecto (que sucede a um outro já rejeitado pelos hospitais) faz retroceder as direcções colegiais dos serviços para um papel meramente consultivo e cria direcções hospitalares, constituídas por profissionais «feitos» pelos órgãos políticos centrais, praticamente independentes dos trabalhadores hospitalares. Embora exista acima desta Direcção um Conselho de Administração eleito (e porque não Conselho de gestão? será que o termo queima a língua e Conselho de Administração soa mais respeitável?) as suas funções de controle e decisão são meramente formais dada a sua forma de funcionamento (pode reunir apenas de 3 em 3 meses). A não revogabilidade do mandato (3 anos) e a obrigatoriedade de homologação ministerial destes

conselhos de Administração dizem bem do seu carácter anti-democrático e centralista.

Igualmente grave é a escassa descentralização prevista, nomeadamente no que respeita aos organismos de gestão. Cada hospital já adoptou o seu, e não há qualquer razão para impor um esquema uniforme passando por sobre a vontade do pessoal e as particularidades de cada unidade hospitalar.

O documento governamental lança como ideia sua e aparentemente contrária ao parecer dos hospitais a necessidade de uma participação dos utentes na gestão hospitalar. Ora esse princípio tem sido defendido e apontado como indispensável em todos os documentos e estudos surgidos nas movimentações (assembleia de Hospitais, Encontros Nacionais, etc.) que desde 25 de Abril se efectuaram nos Hospitais portugueses. Também aqui houve quanto a nós uma «recuperação» da ideia base de participação da comunidade na gestão hospitalar pela redução da participação dos utentes a uma presença minoritária, facultativa e não operante nos conselhos de Administração.

Na realidade os hospitais centrais e distritais fizeram já uma análise do documento em que sobressai a tónica comum de rejeição na generalidade do mesmo por o considerarem centralizador e anti-democrático. E porque este documento aparece numa continuidade de pensamento e acção de índole autoritária e burocrática há muito reveladas pelas Direcções Gerais, que continuam a ser as mesmas de 24 de Abril, o seu saneamento imperioso já tantas vezes pedido foi uma vez mais formulado.

Merece especial menção a reunião de trabalhadores dos Hospitais Distritais, em reunião alargada do Secretariado Geral, conjuntamente com representantes dos Hospitais Centrais e Especializados e também do Sindicato Médico (Zona Sul e Centro) efectuada em Leiria em 2 e 3-11-1974.

Além de exigirem a imediata homologação das Comissões de Gestão eleitas e uma completa autonomia tecnoadministrativa e financeira destas Comissões relativamente às Misericórdias, recusaram não só o ante-projecto em questão como também qualquer outro que não seja elaborado com participação directa dos representantes hospitalares.

Decidiram ainda alargar o Secretariado Nacional dos Hospitais Distritais, tomando-o extensivo aos Hospitais Centrais e outros, convertendo-o num Secretariado Nacional dos Hospitais, organismo electivo que funcionará paralelamente à Direcção-Geral dos Hospitais.



## Que democracia?

Andam os vários grupos políticos — os da coligação e os outros — extremamente assoberbados na preparação das próximas eleições que, segundo se afirma, irão decidir o nosso futuro, criar um país novo, instaurar a verdadeira democracia.

A poucos meses de distância do acto eleitoral, cada um mobiliza todas as energias e inteligências que possui, na busca dos meios mais eficientes de conquistar o maior número de votos: comícios, congressos, brochuras, jornais, comunicados. Com frequência utilizam a arma de apontar erros e defeitos alheios para exaltar as virtudes próprias, e acusam-se mutuamente de quebrarem a unidade indispensável à construção da democracia, quando não de serem a negação da própria democracia.

Numa palavra, o espectáculo habitual das pugnas eleitorais tipicamente burguesas, que sempre provoca o refreamento ou a paralisação da dinâmica revolucionária. À sua sombra tem medrado a reacção. À sua sobra engorda e impera o capitalismo. Assim se relega para depois das eleições, e de harmonia com os seus resultados, a revolução que ainda não se fez. Esquece-se porém, que as revoluções, para o serem, não admitem paragens nem adiamentos. Senão, condenam-se antecipadamente a um desfecho sem glória ou a um remate trágico e sangrento.

E não foi para esse desfecho, não foi para esse remate que o povo aderiu, com entusiasmo e cheio de esperança, ao 25 de Abril, entusiasmo e esperança eloquentemente afirmados nesse inesquecível dia 1 de Maio, uma das mais belas jornadas que povo algum do mundo terá

vivido para proclamar o triunfo da liberdade.

Hoje todos os grupos políticos nos prometem, para depois das eleições, a democracia.

Mas que democracia?

Não deixemos que nos iludam com palavras. Já possuímos a esse respeito uma longa e dolorosa experiência. É o momento pois de afirmar, e numa forma que não deixe lugar a dúvidas, que o povo português, sacrificado por 48 anos de fascismo, não se acomodará ao parlamento inoperante, mesmo que decalcado em modelos modernos, por mais pluralistas que sejam e por mais progressistas que se digam.

A verdadeira democracia, o governo do povo, não deve ser confundida com a sua caricatura, o governo de partidos ou de um só partido. Esta representa o Estado tradicional, centralizador, repressivo, liberticida, preocupado sobretudo com a sua própria conservação, defensor das normas instituídas, dos privilégios criados, dos interesses e castas existentes. Aquela é a organização dinâmica da sociedade, em perpétuo devir, emanação dos anseios e do querer de todo o povo, expressão efectiva da sua liberdade actuante, participação directa da cada um na solução justa dos problemas de todos.

Se queremos construir um país novo, uma verdadeira democracia, temos de fazer desde já esta importante opção. O 25 de Abril entreabriu apenas uma fresta para a necessária revolução. Agora é preciso ter a decisão e a coragem de escancarar as portas de par em par.

Muito embora os políticos e os partidos já pensem só em

eleições, é necessário que o povo atente em realidades bem mais prementes que estão a exigir a sua resposta. O capitalismo continua de pé, não perdeu uma só das suas posições, procura mesmo reforçá-las à sombra duma crise económica que ele próprio está provocando. A propriedade privada, seja qual for e de quem for, não só é reconhecida como erigida em dogma e portanto intocável. A exploração do homem atinge neste contexto expressões tão aviltantes como no tempo do fascismo.

É necessário, é indispensável, é urgente, alterar radicalmente este panorama. As revoluções não se fazem com decretos. Exigem audácia e exigem acção. Acção constante, determinada, consciente. O povo em massa deve unir-se, reunir-se, organizar-se, nos campos, nas fábricas, nos escritórios, em toda a parte, e estar vigilante e preparar-se para tomar em suas mãos o seu próprio destino. Porque só quando o puder e souber fazer, saberá também construir a verdadeira democracia, e merecê-la.

### Leiam com atenção!!!

DIÁRIO POPULAR — 10 DE Outubro — Na secretaria do Sindicato dos Caixeiros de Coimbra foram entregues quantias de associados correspondentes a um dia de trabalho para a reconstrução de um Portugal Novo.

Noutro local anunciava que tinham sido entregues ao ministro do trabalho mais de oitocentos mil escudos para o mesmo fim pelos sindicatos dos portuários.

Seguiam-se muitas entregas do pessoal de diversas firmas, sempre para renovar Portugal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 11 de Outubro — Relata várias quantias oferecidas por trabalhadores e pessoal de fábricas, também para a campanha «Um dia de trabalho para a Nação».

DIÁRIO POPULAR — 30 de Outubro — O Dr. Carlos Carvalhas, secretário do Estado do Trabalho, recebeu da Comissão da Casa dos Pescadores de Peniche 147 760 escudos, oferta dos pescadores, que numa mensagem declaravam «colaborar na ajuda das despesas extraordinárias que o Governo Provisório tem vindo a suportar».

DIÁRIO DO GOVERNO — Suplemento, 1 Série, n.º 277, de 28 de Novembro, insere o Decreto-Lei n.º 668/74, que promulga para valer como lei:

Art.º 1.º — 1) Os membros do Conselho de Estado têm direito, por cada sessão em que participem, a uma senha de presença no valor de 1000 escudos.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior o Presidente da República e os Chefes de Estado-Maior.

Art.º 2.º — Os membros do Conselho de Estado que não residam habitualmente em Lisboa, têm direito, por cada sessão em que participem, a ajudas de custo e subsídio de transporte, nos mesmos termos que os estabelecidos para os ministros.

Esperamos que venham a aparecer na imprensa as notícias das ofertas para «a reconstrução de um Portugal Novo» da Confederação das Indústrias, do MDE/S, dos Melos e Champalimaudes, e porque não dos partidos da coligação?

O Chefe do Governo declarou «que não vivemos na anarquia». Queremos crer que sim, que a sua afirmação é exacta, pois há os que contribuem, há os que recebem a há os que não pagam.

Vivemos afinal na ordem; pelos vistos.



**Trabalhadores!**  
Manifesta a tua desaprovação pela Lei Sindical e defende a independência sindical.  
Nos locais de trabalho organiza o verdadeiro sindicalismo a começar na base.  
Nada de dirigismo político!

### JOSÉ LUÍS BORGES DECLARA-SE ANARQUISTA

José Luís disse numa entrevista recente: — «Como anarquista, sou contrário a qualquer espécie de governo.»  
E o célebre escritor argentino, considerado uma das primeiras figuras nas letras espano-americanas, declarou-se assim simples e claramente anarquista.

## A PLATAFORMA DA TRANQUILIZAÇÃO

Ao propor esta Plataforma de Emergência o Partido Comunista fixa-a em «três direcções capitais»: O reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, da estabilidade económica e financeira, com vista ao desenvolvimento, e o prosseguimento da desvalorização.

E evidente que esta plataforma é negociada entre o PC e as forças económicas e políticas que dominam a sociedade portuguesa, burguesas e capitalistas, para manter uma coligação.

Pretender que os interesses económicos e sociais dos trabalhadores só poderão resultar do prévio desenvolvimento do reforço do Estado, da estabilidade económica e financeira do desenvolvimento e, também, da descolonização, é uma tese perfeitamente reformista, social-democrática, que pode ser aceite pelo PPD ou pelo CDS.

O PC, portanto, abandona a etiqueta de partido revolucionário, inserindo-se no sistema constitucional, e dentro deste só se preconstituem soluções que o sistema comporte.

Na sua estrutura e na linha do seu desenvolvimento, a plataforma é exclusivamente um compromisso de obediência à legalidade constitucional, sem quaisquer vislumbres de realização socialista, porque naquela não se contém nem a recebe sem um processo revolucionário.

Para reforço do Estado democrático cuida primeiro da «reorganização das forças militarizadas e policiais como

forças de defesa da ordem democrática» e alude para uma «colaboração estreita, muito vaga, dos sindicatos, cooperativas, partidos, etc.

Depois eleições. Depois destas a expressão popular na ordem política resume-se ao jogo dos parlamentares que não têm sobre si qualquer controle.

Na defesa de estabilidade económica e financeira advoga todo o largo formulário das receitas políticas, sempre velhas e sempre procuradas.

É importante assinalar: apoio e ajuda em créditos e outros estímulos às empresas, grandes e pequenas, e reorganização da gestão com assistência do Estado e eventual participação dos trabalhadores.

Finalmente o PC advoga a cogestão! Sim, porque não é outra coisa «a eventual participação dos trabalhadores na reorganização da gestão».

Decididamente o PC declara que «nas novas condições de legalidade é um grande partido nacional».

Colocado dentro do sistema capitalista, convida o país a optar por dois desenvolvimentos:

— ou o desenvolvimento assente na acumulação e no domínio dos grupos monopolistas e dos latifundiários...

— ou o desenvolvimento assente na liquidação daqueles.

Reconhecendo que há dois desenvolvimentos, qualquer opção condiciona-se no sistema capitalista, e com ele podem alinhar o PPD e o CDS.

A opção socialista foi posta de parte.

A BATALHA

## HABILITAÇÃO: a debilidade do regime

As verdadeiras soluções do problema da habitação colide com o sistema económico e o regime de propriedade, mas a sua maior debilidade é a falta de decisão em encarar opções que, não passando dum quadro reformista, obviarão a muita calamidade.

As leis vão aparecendo, mas vaciladas, tornando-se nocivas.

Prestando justiça aos esforços da Associação, transcrevemos alguns períodos muito preciosos de uma nota oficiosa que divulgou:

Consequência: desapareceu por absoluto a possibilidade de se alugar casa, num momento em que muita gente entra no país e busca habitação. Para se conseguir uma casa só entrando na licitação de ofertas de trespasse, o que provocou um pânico colectivo.

Recuámos nas soluções que, inevitavelmente, só o poderão ser desde que se tomem sérias e vultosas opções, sem as quais não haverá hipóteses de democratização da sociedade portuguesa.

Inevitavelmente, este pânico colectivo pela ameaça da impossibilidade de se alugar casa para habitar e de não se pagar a renda e o trespasse, gerou naturalmente um protesto: em alguns lados a população necessitada respondeu ao descarado manejo especulativo com a posse de casas devolutas.

Registamos que de imediato se tomaram medidas repressi-

vas ao gesto de desespero e protesto, e as medidas necessárias para reprimir a escandalosa especulação não aparecem. Este paradoxo de uma sociedade em vias de democratização parece que deveria ser obviado a tempo e com medidas correspondentes.

A A.I.L. continua a insistir porque por todo o lado se criem comissões de moradores que conduzam a luta defensiva dos inquilinos em termos de justiça e de procedimento democrático, obviando-se por igual às debilidades e lacunas do inócuo Decreto 445/74, e se conduza a população a corrigir e exercer os legítimos direitos de cidadania de intervenção na vida pública.

De resto, esta intervenção é indispensável, certificado como está que, além da precariedade da lei, se agrega a precariedade do serviço do mercado da habitação da CML, entregue apenas a duas funcionárias sem recursos, e ligação a outras entidades superiores que deem ao serviço continuidade e eficiência.

Esperamos pois que o Governo tome a iniciativa de proceder de imediato à reforma do Decreto 445/74, em termos de valer efectivamente a categoria de ser pelo menos uma solução.



HOJE em dia fala-se muito de cultura: cultura dum indivíduo e, num sentido colectivo, cultura dum grupo, dum classe social, dum povo.

No princípio, há muitos anos, a palavra cultura significava apenas o trabalho pelo qual o homem transformava os campos, tornando-os produtivos. Neste sentido, cultura significa a acção que o homem exerce sobre a natureza, a terra, de modo a tirar dela um maior benefício. Se a semente cair num terreno que não foi lavrado, cultivado, há poucas possibilidades da planta nascer, e se nascer essa planta não terá viço, nascerá definhada. É por isso que o homem lava a terra antes de lançar nela a semente.

Encontramos esta palavra na expressão *cultura física*, ou seja, quando nos referimos ao exercício muscular. O desportista exercita-se de modo a adquirir uma boa forma física ou de modo a conservá-la. Neste sentido, cultura significa exercício do corpo, de modo a prepará-lo para o salto, a corrida, etc. Já não se trata de uma acção exercida pelo homem sobre a natureza, mas sobre ele próprio.

Ora, a cultura a que nos vamos referir é também uma acção que o homem exerce sobre si mesmo, mas desta vez já não se trata dum exercício do corpo mas dum exercício do espírito.

Diz-se muita vez que uma pessoa é culta porque sabe de cor muitos nomes, datas dos grandes acontecimentos, etc.

Cultura, porém, está longe de ser esse conjunto de nomes, de factos e datas aprendidos de cor.

Cultivar-se significa sobretudo sair da passividade em que muitas vezes nos encontramos. De facto, há homens que parecem máquinas: o corpo está num movimento constante, mas o espírito parece estar em repouso. Cultivar-se é entrar num diálogo com a natureza, conosco próprios e com os outros, com a sociedade em que vivemos.

Dará a terra pão sem trabalho? Aparecerão as casas sem o trabalho de pedreiros e carpinteiros?

Na natureza existem de facto os materiais necessários, mas

ensão do mundo e dos homens vai sendo cada vez maior.

Cultura só se adquire nas escolas?

De modo nenhum. É nas escolas que geralmente se aprende a ler e a escrever. Mas tanto a escrita como a leitura não passam de meios de que nos servimos para alargar a nossa cultura. Assim, mesmo as pessoas que não sabem ler nem escrever possuem a sua cultura, pois que cultura é sobretudo compreensão do mundo em que vivemos. É certo que a leitura dá muitos ensinamentos que nos ajudam a melhor compreender a natureza e os homens. Mas também é certo que aquilo que lemos em muitos livros não tem sentido

## O que é a cultura?

em estado bruto, e é preciso transformá-los para que eles sejam úteis ao homem.

E quem sou eu?

Ao fazermos esta pergunta olhamos para nós, para o fatomacaco que trazemos ou para a enxada que temos ao ombro, e verificamos que somos operários ou agricultores.

Diante de nós está um senhor bem posto, de gravata e camisa muito bem lavada: é o patrão. Por que razão esse senhor bem posto há-de ser diferente de nós?

Pergunta puxa pergunta e, assim, á medida que nos vamos interrogando, a nossa compre-

nenhum. Recordo um poeta que dizia não haver vida melhor nem mais bela que a vida dessas mulheres, *bate-que-bate*, lavando no rio. Para o poeta, que nunca se viu na necessidade de fazer tal trabalho, que nem a sua própria camisa lavava, lavar no rio era muito belo. Mas a lavadeira, lavando nos meses gelados de Janeiro e Fevereiro, poderia ela pensar do mesmo modo?

Aqui temos um bom exemplo que nos demonstra que por vezes aquilo que se escreve, mesmo em quadras bem rimadas, não tem nada a ver com a realidade. Pelo contrário, este nosso poeta está longe de com-

preender o sacrifício, a vida amargurada das lavadeiras. A casa do pobre, vista de fora e de longe é linda como o quadro dum pintor, mas vista de dentro a pintura é outra, bem mais real.

Para além dos livros há a experiência que nos dá muitos conhecimentos e o trabalho é a grande experiência da vida.

Razão tinham nossos pais quando diziam:

«Lá chegarás ao tempo em que hás-de comer o pão que o diabo amassou». Na realidade, é quando começamos a trabalhar que se acaba completamente o mundo irreal em que vivíamos. Nessa altura começamos a ter um conhecimento mais verdadeiro das coisas. Afinal não era nenhum deus que dava o pão de cada dia, mas os homens que o adquiriam com a força do seu trabalho. E onde está a igualdade entre os homens? Há-os que se estafam de sol a sol para poderem trincar alguma coisa, enquanto outros nada fazem para justificar a bundância em que vivem.

Mas há pessoas que deixam andar a barca, têm medo de fazer perguntas, porque a compreensão das coisas cria em nós a revolta. Preferem deixar aos outros a resolução dos seus próprios problemas. Mas mal de quem não sabe governar a sua casa e precisa de quem lha governe!

Á medida que nos interrogamos e compreendemos o que nos rodeia, vamos-nos emancipando, isto é, vamos sendo

cada vez mais independentes dos outros, deixamos de ter necessidade de recorrer aos mestres, aos professores, aos chefes, aos que se querem colocar acima de nós para nos controlar.

Por outro lado, vamos criando laços que nos unem aos que desejam a mesma libertação. A solidariedade é um acto de pessoas esclarecidas.

Na escola, quando copiávamos as contas e os problemas, andávamos sempre atrás dos outros para os resolver. Mas se fizéssemos um esforço e resolvéssemos nós o primeiro problema? Não estaríamos então aptos a resolver quaisquer outros sem nos arrastarmos atrás dos sabichões? E quantas vezes esses sabichões não nos ensinavam mal para que nós não apresentássemos tudo bem, como eles?

Cultivarmo-nos exige de nós um contínuo pensar, mas pensar pela nossa cabeça. Seremos levados se pensarmos pela cabeça dos outros, tal como os carneiros são conduzidos pelo pastor.

Cultura neste sentido é sinónimo de libertação. E se formos livres não admitiremos chefes que dizem resolver os nossos problemas, pastores que dizem conduzir-nos ao bom caminho. Nós saberemos o caminho a seguir, porque A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES HÁ-DE SER OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

Rui Vaz de Carvalho

## MORREU JOSÉ AGOSTINHO DAS NEVES

Ainda há pouco tempo Agostinho das Neves escrevia-nos regozijado pelo reaparecimento de A BATALHA e oferecendo a sua colaboração. Surpreende-nos agora a notícia da sua morte quando esperávamos antes a sua visita.

Jovem ainda, Agostinho das Neves filiou-se nas Juventudes sindicalistas, onde exerceu grande actividade militante e cultural, a par da luta revolucionária que se desenvolvia nos conturbados tempos do antes e após a 1.ª grande guerra.

Na iminência duma ditadura militar em 1921, a nossa juventude organizava-se para a frustrar. Conseguiu-o, mas alguns jovens, e entre eles Agostinho das Neves, são vítimas duma explosão de bombas, do que resultou ficar sem um olho.

Sempre lutando, quer pela propaganda quer pela acção, é ainda várias vezes preso e sofre longo cativeiro, tendo sido deportado para a Guiné, donde fugiu, refugiando-se em França.

Ali militou na mesma luta, até depois de declarada a guerra de 1939, tendo sido preso e levado para os campos de concentração de Arieje e Dachau.

Tendo sobrevivido ao nazismo trabalhou na ORTF no programa para Portugal e era correspondente do *Jornal de Notícias*.

Militante persistente do anarco-sindicalismo, exerceu actividade em muitos sectores.

Morreu numa clínica em Paris.

Leia  
**A BATALHA**

A BATALHA

## Publicações Recebidas

**A Verdade** — Órgão das Comissões de Unidade Popular. Insere reportagem sobre a sua Conferência Nacional e dá apoio à movimentação operária, e critica a lei da greve. A este respeito escreve... os partidos da coligação (PPD, PCP e PSP) que se dizem tão «democráticos» e «grandes defensores da classe operária» participaram na publicação da lei e como tal mostram a sua verdadeira face: na televisão no rádio e nos jornais dão vivas à classe operária, nos panfletos dizem que «os trabalhadores devem ser apoiados», etc.; mas lá dentro, no Governo, onde os trabalhadores não estão, fazem essas leis que só prejudicam.

**Manifesto** — Revista de informação e ensaio — O seu n.º 4 insere variada análise do movimento social português em diversos quadrantes da extrema esquerda, incluindo um artigo do nosso camarada Santana: «A actualidade do sindicalismo Revolucionário».

**Abertura** — Órgão do Club do pessoal do Banco Inglês.

**Folkebladet** — Órgão anarco-sindicalista da Central da Noruega.

Insere uma crónica sobre Portugal e reproduz em fac-símile o cabeçalho do nosso jornal.

**Monde Libertaire** — Órgão da Federação Anarquista Francesa. Além de artigos doutrinares apela para a solidariedade de auxílio a «A BATALHA» e anuncia o seu reaparecimento.

**Boletim Informativo do M. das Forças Armadas** — Estabeleceu permuta com o nosso jornal.

**Direct Action** — n.º 3 — Órgão da Federação Operária Sindicalista (I WMA) — de Manchester. Preconiza a autogestão anarco-sindicalista.

**Spartacus** — Revista de trabalhadores — Colaboração sobre a China.

**Syndikalisten** — Órgão da União Local de Stockolm da SAC. Publica uma crónica sobre o ML Português.

**Podium** — Mensário dos concelhos de Cascais e Oeiras.

**Mise au Point** — Caderno de luta e crítica, em língua francesa, afirma-se uma edição SPARTACUS. Este número dedica-se à análise de alguns conflitos operários portugueses abordando largamente o movimento dos TAP.

## NA LINHA DE FOGO

O COMÍCIO DA JUVENTUDE CENTRISTA...

...E OS LIBERTÁRIOS

Quem diria que no Comício da Juventude do Centro, realizado no S. Luís, se falaria nos libertários e até se viria a evocar o Malatesta, o célebre anarquista italiano tão perseguido por Mussolini. Mas é verdade! Na sua desenfreada demagogia, uma das oradoras, iniciou o seu discurso com esta rica prosa:

«O humanismo Personalista é o ponto de encontro das doutrinas cristãs, libertárias (o sublinhado é nosso) e existencialistas», e mais adiante de uma mistura com Fernando Pessoa, Gabriel Marcel, Alberto Camus, Pascoais e novamente Malatesta.

Admitindo que a juventude é sempre honesta, que grande «barrete» devem estar a enfiar aos jovens, os maiores do Partido do Centro!\*

SINÓNIMOS

Filipe Nogueira, num dos seus programas televisivos, programa curto, a propósito do despropósito que vai pela estrada (e porque não dentro da cidade), pronunciou a palavra Anarquia, repetindo-a quatro vezes. Na sua boca, como na boca de todos os burgueses ou aburguesados pelos meios materiais de que dispõem, em prejuízo de outros a quem faltam, a palavra Anarquia é sinónimo de desordem.

Revelou, assim, a sua completa ignorância de sociologia e de história pois, se assim não fora, saberia, que Anarquia não é desordem. É, antes, um regime social onde a ordem assenta

em novas instituições, criadas a partir da base que é o Povo, que são todos os trabalhadores.

Saberia também que ser anarquista não é ser desordeiro, é ser revolucionário consciente, revolucionário que, em civismo, dá exemplos de vivência a qualquer cidadão burguês ou aburguesado, tanto na estrada como nas cidades, vilas e aldeias. São peões que, quantas vezes, têm de aguardar que passem os senhores Nogueiras sem se deterem para passar um simples peão.

Procure, senhor Nogueira, entre em contacto com os anarquistas e terá a prova de tudo quanto aqui afirmamos.

Mas se fosse só o sr. Nogueira, ás do volante... Também outros ases da facúndia marxístico-dialéctica gostam de imitar o sr. Pinheiro Chagas, o conselheiro Acácio e o conde de Abranhos, dando ênfase quando aplicam anarquia como sinónimo de desordem.

Será ignorância ou será mesmo espírito de classe?

OS TÁXIS DE LISBOA: UMA COOPERATIVA DE TRABALHADORES DO VOLANTE

As cooperativas, sejam de consumo ou de produção, podem contribuir, quando bem estruturadas e em bases verdadeiramente populares, não só para melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, mas serem também autênticos ensaios de gestão popular, capazes de acelerar a marcha para o Socialismo. Vem isto, a propósito da ideia lançada pela actual direcção do Sindicato dos Motoristas de Lisboa, da formação de uma cooperativa

de produção «Autocoop», capaz de assegurar o serviço de táxis na cidade e garantir o trabalho a muitos trabalhadores.

A ideia parece muito válida e capaz de contribuir para eliminar o espírito individualista reinante, cada um com o «seu automóvel», do qual não resulta nem um bom serviço para o público — o povo de Lisboa — nem para os próprios trabalhadores.

Porque não encarar mesmo a constituição de uma regie cooperativa, onde estivesse representado o sindicato, o público consumidor e os trabalhadores que exercem directamente a actividade na cooperativa?

Todas as medidas deste género, tendentes a criar as infraestruturas necessárias à Revolução Socialista que se aproxima, são bem vindas.

ASSEMBLEIA DOS BISPOS

Teve lugar, ultimamente, uma assembleia de bispos católicos e como é habitual, publicaram um comunicado que diz muito e não diz nada, a par de muitas ambiguidades e de frases feitas que já perderam qualquer sentido, os bispos falam na «reconciliação no seio da comunidade nacional».

Mas que espécie de reconciliação desejam os senhores bispos?

A reconciliação entre os ricos e os pobres? A reconciliação entre os opressores e os oprimidos? A reconciliação entre os hipócritas e os justos? Não seria a altura de os bispos lerem, por exemplo, o opúsculo que António Sérgio publicou há anos, intitulado «Da inexistência de uma civilização cristã?»





## SALVADOR PUIG ANTICH OS ANARQUISTAS NA ESPANHA MÁRTIR

De Barcelona escreve-nos um amigo que nos envia esta espécie de reportagem na qual se descrevem as últimas horas que passou Salvador Puig Antich o jovem anarquista assassinado em Espanha pelo franquismo, pelo selvagem processo do garrote vil.

O fascismo que escraviza meia Espanha desde 1936, e toda a Espanha desde 1939, que nasceu em Itália, que continua latente na Alemanha, que surge no Chile e que se manifesta mais ou menos encoberto em todo o mundo, cobriu-se mais uma vez com a mais negra ignomínia do crime cometido contra este moço de vinte cinco anos.

Depoimentos de Puig Antich e de suas irmãs dos acontecimentos que antecederam o hediondo crime franquista:

«Aconteça o que acontecer, eu não me sinto um mártir, somente tive má sorte.»

«Chegámos à prisão era meia-noite. Abraçamo-nos, saudámo-nos e ele obsequiou-nos com um sorriso tranquilo. Creio que, sem falar disso, pesava sobre todos nós a tragédia. Tínhamos combinado que teríamos de aparentar certa alegria e optimismo para fazer esquecer, embora fosse só por momentos, essa tragédia tão profunda que é sentir-se tão perto do fim. Tal como nós Salvador tinha pensado o mesmo que nós, e conquanto sorrisse aparentando tranquilidade, na verdade estava nervoso.»

«Poder-se-ia dar o caso que me indultassem. É melhor supô-lo assim. Neste caso queria que possuíssem todos os meus livros, os de medicina, numa mala. Se devo passar trinta anos no presídio, queria fazer pelo menos duas coisas. A primeira seria formar-me em medicina (Salvador tinha estudado economia), queria estudar medicina psiquiátrica em particular. A segunda coisa era chegar a tocar guitarra. Creio que me permitiriam.»

«Todos nós estávamos muito nervosos, creio que estivemos mais de uma hora em silêncio olhando-nos nos olhos; Nenhum de nós tinha já coragem de fingir. No silêncio era como se nos abraçássemos muito estreitamente. Às cinco e meia chegou o velho mestre de Salvador, dom Manero, que ensinara numa escola de Bonanova. Salvador recusou a cura da prisão, mas aceitou que o seu mestre o visitasse, conquanto fosse também sacerdote. Salvador era ateu.»

Depoimento do advogado de Salvador:

«Por outro lado Salvador Puig Antich já estava condenado de antemão e a minha defesa não podia servir para nada, apesar de todos os argumentos legais que pude reunir. Senão por que não se fez a devida autópsia para determinar se a morte do polícia, da qual se acusou Salvador, se devia aos disparos dele? Não se quiz efectuar a peritagem balística para determinar se as balas que ocasionaram a morte do polícia correspondiam às da pistola de Puig. Por que não se quiz determinar se coincidiam as balas que faltavam na pistola de Antich com as que na realidade se instalaram no corpo do morto? Parece que na realidade não corresponderiam. E por que não se quis ter em conta nenhuma das opiniões médicas sobre a referida autópsia, nem sobre o estado mental de Salvador no momento em que estava sendo maltratado com repetidos golpes de pistola na cabeça?»

Mais que um processo criminal, o de Puig Antich, foi um processo político e social, no qual se queria demonstrar que o regime é forte e poderoso, apesar dos acontecimentos, incluso o da morte do presidente do Conselho de Ministros Carrero Blanco.»

Como epílogo valoroso e triste devo dizer também que a polícia não permitiu aos estudantes que se acercassem do túmulo de Salvador Puig Antich no grande cemitério de Barcelona. Não obstante, os moços combinaram de modo que alguns deles provocassem os guardas enquanto outros seguiam estes e se abeiraram do túmulo para porem flores sobre os restos do seu companheiro sacrificado, enquanto todo o mundo demonstrava o seu repúdio a este regime selvagem que nós os espanhóis sofremos.

NOTA: Sabemos que naquele mesmo dia, um guarda civil condenado à morte por ter morto um capitão foi indultado por Franco.

O próximo número de **A BATALHA** aparecerá a 4 de Janeiro próximo (Sábado).

# Contra as perseguições em Espanha

Pensou-se promover um comício contra as perseguições sanguinárias da Espanha contra trabalhadores e intelectuais. De acordo, todas as organizações antifascistas e o Movimento Libertário.

Mas há uma coligação governamental, um Pacto Ibérico (legado do Salazar) e conveniências diplomáticas etc., etc. Depois, haveria afirmações destoantes, até profundamente revolucionárias.

Para certos promotores e participantes julgamos crer que seria incómodo, talvez comprometedor.

Resolveram não fazer o comício. Mas os que não têm compromissos diplomáticos, de reverência, etc., entenderam que era humano, justo e decisivo fazer o protesto contra a sangueira espanhola, que tem pelo menos dois séculos.

Transcrevemos um manifesto que foi distribuído, marcando uma posição libertária, isto é, *desalienada e sinceramente humana.*

Realizações estas já nossas conhecidas. Falar delas é pura perda de tempo. Na realidade, servem apenas para os politiquinhos se exercitarem em discursos brilhantes, nos quais oferecem o apoio moral e (mais moderadamente) material à luta contra o fascismo franquista, sem qualquer consequência prática. Estes discursos, na verdade mais dizem respeito à magia e feitiçaria (esconjura-se o fascismo franquista por meio de discursos) do que propriamente exprimem uma vontade efectiva de lutar ao lado do povo espanhol. A utilidade destes comícios é, tudo somado, nula.

Mas eles não se destinam a ser úteis. Antes se destinam à propaganda dos partidos e oferecem a oportunidade de alguns milhares de caridosas pessoas cultivarem o seu humanitarismo, sofrendo ou

fingindo sofrer, durante duas ou três horas, pelos destinos do povo espanhol, para dele se alhearem imediatamente a seguir.

Assim, os anarquistas, ao mesmo tempo que exprimem o seu mais profundo desprezo por estas manobras, pedem às pessoas que considerem o que hoje se realiza, não como um comício de solidariedade com o povo espanhol, mas como um chá cantante, uma soirée galante, ou uma masturbação política.

**DENUNCIEMOS ESTAS MANOBRAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS!!!**

**MORTE AO FRANQUISMO E A TODOS OS SEUS LA-CAIOS!!!**

**VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA!!!**

**TUDO O PODER AO POVO ARMADO!!!**

**VIVA O ANARQUISMO!!!**

### UMA FESTA GALANTE?

Depois da adequada campanha publicitária, realizar-se-á hoje o comício de apoio aos presos políticos espanhóis. Obviamente, será acompanhado do cerimonial apropriado a estas ocasiões de eleição, tendo mesmo a apimentá-lo uns pózinhos de «suspense»: faz-se, não se faz? Além disso todos os que se deslocarem ao Pavilhão dos Desportos têm, desde já, prometido grande abundância de discursatas, mensagens e coisas quejandas.

Como se sabe, este comício é organizado pelas gerências dos partidos políticos e por várias organizações de algum modo relacionadas com aquelas. Um espírito ingénua perguntaria por que razão, fazendo aquelas mesmas gerências parte do governo provisório, não pressionaram este para que denunciasses o Pacto Ibérico, e vêm, pelo contrário, promover realizações deste tipo.

## IBÉRIA

Terra.

Quanto a palavra der, e nada mais.  
Só assim a não erra  
Quem a repara dos pendores da serra,  
Carregada de sol e de pinhais.

Terra — tumor-de-angústia de saber  
Se o mar é fundo e ao fim deixa passar...  
Uma antena da Europa a receber  
A voz do Longe que lhe quer falar...

Terra de pão e vinho  
(A fome e a sede só virão depois,  
Quando a espuma salgada for caminho  
Onde um caminha desdobrado em dois).

Terra nua e tamanha  
Que nela coube o Velho-Mundo e o Novo...  
Que nela coube Portugal e Espanha  
E a loucura com asas do seu Povo.

(Miguel Torga, in «Alguns Poemas Ibéricos»)

### Campeonato eleitoral!

## CONGRESSOS EM SÉRIE

Depois do meteorico Congresso do PC, efectuou-se o Congresso do PPD, seguiu-se o do PPM, e seguiu-se-á o do PS. O MDP-CDE casal de nubentes, dará à luz proximamente o seu programa, e como por-ai se diz, o seu âmbito e a sua implantação.

Com muitas palmas, muito entusiasmo e muitas afirmações políticas, o Congresso do PPD define o que poderá ser o seu âmbito e missão perfeitamente enquadrado nas instituições políticas que serve.

Recreando-se no seu baloço, promete um curso de recreio entre a direita desorganizada e

uma entrada de favor na Internacional Socialista. Da bilheteira disseram que não há bilhetes de favor, mas insistem, e com certeza que promessa houve. Contudo não estarão lá muito mal.

Hoje não há nenhum partido que não seja popular, ou social-democrata, ou socialista. Leninistas há um bom sortido.

Afirmou o Congresso: política à esquerda; via para o socialismo.

Pela televisão julgamos ter visto que nem todos aplaudiram a via socialista. Virar à esquerda isso não é difícil porque a

área da esquerda é fora da grande área e permite-se penalidade ou infracção.

Achamos curioso o Congresso do PPM. É por partes. Na segunda parte deve ser a apoteose do encontro do rei com o socialismo. Quer ser um partido dos campos; não lhes interessa muito a cidade. Saudades dos tempos bíblicos e patriarcais.

Concluimos finalmente que o Congresso do PC acertou perfeitamente na sua vocação reformista que adoptou entusiasticamente, mas não cremos que o PPD tenha acertado numa vocação social.

# A BATALHA

J. Cubero  
Caixa Postal 10727 Z P 6  
SÃO PAULO  
BRAZIL

